

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

CNPJ nº 23.741.514/0001-01

NIRE nº 31 3 0011415-5

Endereço: Rod. MG 188 - Fazenda São João - Zona Rural - Paracatu - MG - 38609-899

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. ("Paracatu III" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Paracatu III é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Paracatu III, com capacidade instalada de 33,0 MW e garantia física de 8,5 MWh, localizada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

A Companhia não tem empregados e sua Administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia, que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Paracatu III pertence à ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 46,8 GWh, desempenho 21,9% inferior à observada em 2023, que foi de 59,9 GWh.

O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e inversores, em 2024 atingiu 80,3%, 5,6 p.p. inferior ao obtido em 2023, de 85,9%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	23.901	27.723	(3.822)	(13,8)
Lucro bruto	7.617	9.560	(1.943)	(20,3)
Resultado do serviço (Ebit)	11.130	9.516	1.614	17,0
Ebitda (Lajida) ¹	17.854	16.665	1.189	7,1
Resultado financeiro	(9.248)	(9.081)	(167)	1,8
Prejuízo do exercício	(1.535)	(8.148)	6.613	(81,2)

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução de R\$ 3.822, é proveniente, substancialmente, pelo decréscimo do faturamento com distribuidoras no valor de R\$ 5.080, atenuada pela receita de lucros cessantes e danos materiais, decorrentes do sinistro que afetou os ativos em 2023.

Lucro bruto: a redução de R\$ 1.943 deve-se, principalmente, aos fatores mencionados anteriormente, além do aumento nos custos com energia comprada, representando um acréscimo no valor de R\$ 900, necessários para suprir a ausência de geração própria. Esse impacto foi parcialmente compensado pela redução nos gastos com serviços diversos.

Ebitda: o aumento de R\$ 1.189 é motivado, principalmente, pelo efeitos líquidos da reversão e constituição do *impairment*, representando um valor de R\$ 3.503, suavizado pelos efeitos anteriormente citados.

Prejuízo líquido do exercício: redução motivada pelos efeitos anteriormente citados e, pelo respectivo reflexo no impostos de renda e contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2024.

A Administração

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01 | NIRE Nº 31 3 0011415-5
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.448	40.223
Contas a receber de clientes	5	2.981	2.798
Outros ativos circulantes		15.540	25.931
		23.969	68.952
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	22.163	-
Depósitos vinculados	7	3.885	4.207
Outros ativos não circulantes		3.079	3.190
		29.127	7.397
Imobilizado	8	169.933	140.661
Intangível		3.390	3.684
		202.450	151.742
TOTAL		226.419	220.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01 | NIRE Nº 31 3 0011415-5
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	8.310	2.308
Financiamento	11	9.202	8.803
Ressarcimentos às distribuidoras	13	16.072	7.994
Outros passivos circulantes		1.950	7.441
		35.534	26.546
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	6.168	5.226
Financiamento	11	114.907	118.269
Provisão para desmobilização	8	3.642	3.052
Outros passivos não circulantes		6.786	7.054
		131.503	133.601
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	70.433	70.063
Prejuízos acumulados		(11.051)	(9.516)
		59.382	60.547
TOTAL		226.419	220.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	23.901	27.723
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8	(6.724)	(7.149)
Serviços de terceiros		(3.688)	(5.688)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.460)	(2.446)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(39)	(12)
Energia elétrica comprada		(1.695)	(795)
Outros		(2.678)	(2.073)
		(16.284)	(18.163)
LUCRO BRUTO		7.617	9.560
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(168)	(57)
Reversão (Constituição) de <i>Impairment</i>		14.904	(14.905)
Outras receitas operacionais, líquidas		(11.223)	14.918
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		11.130	9.516
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		2.039	3.942
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	1.163	-
Renda de depósitos vinculados		420	154
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	(12.069)	(12.204)
Juros sobre fornecedores		(559)	(805)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	(165)	(97)
Outras despesas financeiras, líquidas		(77)	(71)
		(9.248)	(9.081)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.882	435
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Corrente		(3.417)	(8.659)
Diferido		-	76
		(3.417)	(8.583)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.535)	(8.148)
RESULTADO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,02)	(0,12)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

	2024	2023
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.535)	(8.148)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.535)	(8.148)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Total	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		Prejuízos acumulados
Saldos em 31.12.2022		70.063	-	-	(1.368)	68.695
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.148)	(8.148)
Saldos em 31.12.2023	12	70.063	-	-	(9.516)	60.547
Aumento de capital		370	-	-	-	370
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.535)	(1.535)
Saldos em 31.12.2024	12	70.433	-	-	(11.051)	59.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.882	435
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	6.724	7.149
Juros e variação monetária sobre financiamento	12.069	12.204
Baixa de ativo imobilizado	11.301	3.006
Juros sobre fornecedores	559	805
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	165	97
Reversão (Constituição) de <i>Impairment</i>	(14.904)	14.904
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(1.163)	-
Renda de depósitos vinculados	(420)	(154)
Indenização de seguros	(4.804)	(22.554)
Outros	37	-
Resultado antes dos tributos ajustado	11.446	15.892
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(183)	(136)
Adiantamento a fornecedores	-	3.090
Outros ativos	14.769	(4.072)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	5.065	965
Ressarcimentos às distribuidoras	8.078	5.615
Outros passivos	(120)	6.617
Caixa gerado nas operações	39.055	27.971
Pagamentos de juros sobre financiamento	(6.139)	(6.516)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.557)	(2.420)
Caixa líquido das atividades operacionais	24.359	19.035
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(21.000)	-
Aplicação no imobilizado e no intangível	(30.353)	(398)
Caixa líquido das atividades de investimento	(51.353)	(398)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	370	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	742	(116)
Pagamento de financiamento	(8.776)	(8.275)
Custo de captação de financiamentos	(117)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(7.781)	(8.391)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(34.775)	10.246
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	40.223	29.977
Saldo final	5.448	40.223
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(34.775)	10.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.514/0001-01| NIRE Nº 31 3 0011415-5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. (“Paracatu III” ou “Companhia”), com sede no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 26.11.2015, sendo constituída, inicialmente, com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3º de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar. A Companhia detém autorização para explorar a Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 3 (“Usina”), e possui capacidade instalada de 33 MW¹ e garantia física de 8,5 MW médios. Em 09.01.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 26 de abril de 2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

A Administração do Grupo ENGIE, em conjunto com seus acionistas, tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento e, neste sentido, garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Paracatu, com participação de 25,00%. O Consórcio Paracatu é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16.04.2025.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Título e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado (Impairment)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27			
Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10			
A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)			
As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	3.907	4.035
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	1.541	36.188
	5.448	40.223

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e de 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 2.981 (R\$ 2.798 em 31.12.2023) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 03.07.2024, a Companhia adquiriu debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R\$ 21.000. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A Companhia não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários foi a que segue:

	Total
Aquisição	21.000
Juros ¹	1.163
Saldos em 31.12.2024	22.163
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo não circulante	22.163
	22.163

(1) As informações apresentadas são brutas de PIS e Cofins.

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento		Vencimento	Principal	Juros	Saldos em 31.12.2024
	Quantidade	Remuneração				
12ª Emissão Série 4	21.000	CDI +0,55% a.a.	06.2026	06.2026	06.2026	22.163

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 3.885 (R\$ 4.207 em 31.12.2023) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	4,2%	1.122	(249)	873	917
Máquinas e equipamentos	3,9%	187.034	(32.014)	155.020	133.659
Veículos	14,3%	12	(1)	11	-
Direito de uso de arrendamentos	3,4%	7.179	(746)	6.433	5.477
Outros	6,3%	10	(2)	8	3
		195.357	(33.012)	162.345	140.056
Em curso		7.588	-	7.588	605
		202.945	(33.012)	169.933	140.661

b) Muta o do ativo imobilizado

	Edifica�es e benfeitorias	M�quinas e equipamentos	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2022	-	158.790	37	5.418	207	164.452
Ingressos	-	-	-	-	398	398
Remensura�o	-	-	-	237	-	237
Desmobiliza�o	-	339	-	-	-	339
<i>Impairment</i>	-	(14.904)	-	-	-	(14.904)
Transfer�ncias	962	(928)	(34)	-	-	-
Baixas	-	(3.006)	-	-	-	(3.006)
Deprecia�o	(45)	(6.632)	-	(178)	-	(6.855)
Saldos em 31.12.2023	917	133.659	3	5.477	605	140.661
Ingressos ¹	-	-	-	-	30.531	30.531
Remensura�o	-	-	-	1.142	-	1.142
Desmobiliza�o	-	425	-	-	-	425
Revers�o <i>Impairment</i>	-	14.904	-	-	-	14.904
Transfer�ncias	-	23.531	17	-	(23.548)	-
Baixas	-	(11.301)	-	-	-	(11.301)
Deprecia�o	(44)	(6.198)	(1)	(186)	-	(6.429)
Saldos em 31.12.2024	873	155.020	19	6.433	7.588	169.933

(1) Os ingressos apurados, totalizados em R\$ 30.531, foram aplicados na recupera o e manuten o do Conjunto Fotovoltaico de Paracatu, decorrente do sinistro ocorrido em 2023. Desse montante, R\$ 23.475 referem-se   aquisi o de painéis solares.

c) Redu o ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redu o do saldo contábil a seu valor de realiza o. Em 2023 foi reconhecido um *impairment* de R\$ 14.904 em decorrência de fortes ventos na região dos quatro parques do Conjunto Fotovoltaico Paracatu, parte dos *trackers* e módulos fotovoltaicos foram sinistrados. Em 2024, com a finaliza o da apura o dos ativos sinistrados e o reconhecimento da devida baixa, foi registrada a reversão da perda por *impairment* no mesmo valor. Maiores detalhes, vide Nota 16 – Seguros.

d) Provisão para desmobiliza o

Em 2022, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobiliza o de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obriga o de retirada dos ativos e de restaura o do local ao final do prazo de autoriza o. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente   5,70%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autoriza es. O saldo da provisão para desmobiliza o registrada no passivo não circulante em 31.12.2024 era de R\$ 3.642 (R\$ 3.052 em 31.12.2023), a varia o do saldo   decorrente de juros e varia o monetária de R\$ 165 registrada no resultado de 31.12.2024.

e) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 3, com capacidade instalada de 33 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2016.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamentos a pagar	7.133	5.793
Fornecedores	7.167	1.741
Fornecedores Imobilizado	178	-
	14.478	7.534
Passivo circulante	8.310	2.308
Passivo não circulante	6.168	5.226
	14.478	7.534

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia em vigor possuem cláusulas de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à variação inflacionária.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2025 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário	Sensibilidade		
	12 meses	Provável	Provável	$\Delta + 25\%$ ¹	Administração
	31.12.2024	31.12.2025			
IPCA	4,80%	4,90%	0,1 p.p.	1,2 p.p.	-0,4 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2024 e os previstos no cenário provável para 2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2025. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2025, em comparação com o ano de 2024, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	124.109	(6)	(1.429)	504

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2024	31.12.2023
Dívida	124.109	127.072
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.885)	(4.207)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.448)	(40.223)
Dívida líquida	114.776	82.642
Patrimônio líquido	59.382	60.547
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,9	1,4

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Contábil
Fornecedores	8.310	1.419	1.419	17.032	28.180	14.478
Financiamento	14.797	27.338	25.627	98.653	166.415	124.109
	23.107	28.757	27.046	115.685	194.595	138.587

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	1.541	36.188
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	3.907	4.035
Contas a receber de clientes	2.981	2.798
Títulos e valores mobiliários	22.163	-
Depósitos vinculados	3.885	4.207
	34.477	47.228
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	14.478	7.534
Ressarcimentos às distribuidoras	16.072	7.994
Financiamento	124.109	127.072
	154.659	142.600

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1)

NOTA 11. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2022	129.659
Juros e variação monetária	12.204
Amortização do principal	(8.275)
Amortização de juros	(6.516)
Saldos em 31.12.2023	127.072
Custo de captação de financiamentos	(117)
Juros e variação monetária	12.069
Amortização do principal	(8.776)
Amortização de juros	(6.139)
Saldos em 31.12.2024	124.109
Passivo circulante	9.202
Passivo não circulante	114.907
	124.109

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2026	8.510
2027	8.510
2028	8.510
2029 a 2033	42.620
2034 a 2038	46.757
	114.907

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2024
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,98% a.a.	10.2038	Mensais a partir de 11.2018	124.109

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,30$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Devido ao evento climático ocorrido em 2023, que gerou danos ao ativo (mais detalhes vide Nota 16 – Seguros), os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento não foram atingidos. Em dezembro de 2024, assim como para dezembro de 2023, o BNDES aprovou a dispensa da obrigação de medir e cumprir o ICSD de 2024.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2024 era de R\$ 70.433 (R\$ 70.063 em 31.12.2023), representado por 70.432.596 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, (70.062.596 em 31.12.2023) das quais 70.432.596 pertencem à controladora ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. S.A., controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	19.812	24.892
Indenização de seguros	4.174	3.645
Outras receitas (performance negativa)	638	179
	24.624	28.716
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(723)	(993)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23.901	27.723

Em 2024, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 7.783 (R\$ 5.410 em 31.12.2023), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica “Ressarcimentos às distribuidoras”, a qual, em 31.12.2024, apresentava saldos de R\$ 16.072 no passivo circulante (R\$ 7.994 em 31.12.2023).

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das usinas pertencentes ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia.

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados a seguir:

Leilão	Tipo	Critérios de reconhecimento
8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	<p>Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada.</p> <p>Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%.</p> <p>Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.</p>

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	19.812	19.812	24.892	24.892
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.585	2.377	1.991	2.987
Receita financeira	3.633	3.633	4.103	4.103
Recomposição de receita de energia (seguros)	4.174	4.174	3.645	3.645
Outros	518	518	15.535	15.535
Base de cálculo	9.910	10.702	25.274	26.270
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.487)	(963)	(3.791)	(2.364)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	(967)	-	(2.504)	-
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(2.454)	(963)	(6.295)	(2.364)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 27.001.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até março de 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R\$ 8.426.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão de energia reserva (LER), em 31.12.2024, era de R\$ 383.691.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Paracatu participa da referida apólice no montante de R\$ 510.569 para danos materiais e R\$ 225.275 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2025

Indenização de seguros

No dia 02.04.2023, ocorreu evento climático nos quatro parques de Paracatu em decorrência de ventos fortes na região, causando danos ao ativo. Após estudos prévios, a seguradora emitiu relatório preliminar reconhecendo o sinistro e confirmando a cobertura pela apólice vigente naquela data. Com a confirmação da ocorrência do sinistro, a cobertura dos danos materiais e lucros cessantes, e o parecer favorável para o adiantamento parcial da indenização concedido pela seguradora, a Companhia concluiu que o evento era certo e tornou-se recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Em dezembro 2023, a Companhia reconheceu a indenização do seguro até o limite dos gastos do período para refletir os efeitos das transações. Em 2024, foram concluídos estudos de apuração das causas e dos danos causados, confirmando a cobertura pela apólice vigente à data. Reafirmando, bem como, trazendo os valores já validados e incontestes, a Companhia reconheceu a receita de indenização. Desta forma, foram reconhecidos em 2023 e em 2024 os seguintes montantes relacionados aos danos materiais e lucros cessantes:

	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida ¹	4.174	3.645
Custos operacionais	630	1.020
Outras receitas operacionais, líquidas	-	14.904
Outras despesas operacionais, líquidas	-	2.985
	4.804	22.554

(1) Receita operacional líquida sendo composta pelos valores: a) R\$ 3.839 – Complemento recomposição de receita de indenização por lucros cessantes e danos materiais decorrentes do sinistro ocorrido em 2023; (b) R\$ 335 – Receita indenização por danos materiais decorrente de sinistro ocorrido em 2018.

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Sociedade mantém contrato com a sua controladora ENGIE, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Aquisição de títulos e valores mobiliários

A Companhia adquiriu debêntures, emitidos pela sua controladora indireta ENGIE. Os compromissos futuros decorrentes destes contratos estão apresentados na Nota 6 – Títulos e Valores Mobiliários.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
Contador - CRC SC 023609/O-7



**Shape the future
with confidence**

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ENGIE SOLAR PARACATU III GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 16 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O